

PLANO PLURIANUAL 2008 - 2011

**CADERNOS DE
REGIONALIZAÇÃO**

**REGIÃO
FUNCIONAL 8:**

**CENTRAL, ALTO JACUÍ E
JACUÍ-CENTRO**



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E GESTÃO



PLANO PLURIANUAL 2008-2011



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL

Regionalização

2008 – 2011



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2008-2011 - Regionalização

GOVERNADORA DO ESTADO

Yeda Rorato Crusius

VICE-GOVERNADOR

Paulo Afonso Girardi Feijó

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO

Eliana Soledade Graeff Martins

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

José Francisco Mallmann

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Aod Cunha de Moraes Junior

**SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DOS RECURSOS HUMANOS**

Maria Leonor Luz Carpes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Osmar Gasparini Terra

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

Jesus Humberto Coffi Rodrigues

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO**

João Carlos Fagundes Machado

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

Nelson Luiz Proença Fernandes

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Mariza Vasques de Abreu

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Ariosto Antunes Culau

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO, ESPORTE E LAZER

Luis Augusto Barcellos Lara

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

Carlos Otaviano Brenner de Moraes



**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Fernando Luís Schüler

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Maria de Fátima Záchia Paludo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA

Daniel de Moraes Andrade

SECRETÁRIO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DA CASA CIVIL

Luiz Fernando Salvadori Záchia

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA

Mônica Leal Markusons

CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. Dalmo Itaboraí dos Santos do Nascimento

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Pedro Bandarra Westphalen

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Paulo César Castanheiro Coelho

**SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO,
SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Marco Aurélio Soares Alba

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Marco Antonio Barbosa Leal

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

Celso Bernardi

**PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dep. Frederico Antunes

**SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA IRRIGAÇÃO E
USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA**

Rogério Porto



SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	6
<i>AS ESCALAS DE REGIONALIZAÇÃO</i>	7
<i>PLANO PLURIANUAL 2008-2011 INDICADORES E AÇÕES PARA A REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 8</i>	9



CADERNOS DE REGIONALIZAÇÃO – PPA 2008-2011

REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 8

APRESENTAÇÃO

Ao longo dos últimos quinze anos, o Rio Grande do Sul tem apresentado um desempenho econômico muito próximo da média nacional, o que lhe tem assegurado sustentar uma participação em torno de 8% no PIB do Brasil. Com isso, o Estado tem mantido sua posição de quarta economia no cenário brasileiro, alternando com Minas Gerais o segundo lugar no ranking dos Estados exportadores. Logo, deste ponto vista, nada sugere que seja plausível concluir que a economia gaúcha experimente uma crise de proporções estruturais. Na realidade, o preocupante é o caráter oscilatório que tem marcado o processo de crescimento estadual, à medida que alterna anos de altas taxas de crescimento com outros que são fortemente recessivos. Essa característica é bem ilustrada pela observação dos anos de 1994, 1997 e 2004 que registram expressivas taxas de expansão do PIB de, respectivamente, 5,2%, 6,1% e 3,4%, e são sucedidos, nos anos posteriores, por quedas de 5%, 0,5% e 5,2%. O que várias análises têm mostrado é que esses acontecimentos não resultam de uma incapacidade da economia gaúcha em responder a estímulos de demanda, mas são ocasionados, via de regra, pela vulnerabilidade da economia rio-grandense às irregularidades climáticas e a problemas no setor externo. A seca que provocou a enorme quebra na safra 2004/2005 e a atual apreciação do real são exemplos bem eloqüentes neste sentido, uma vez que as repercussões de seus efeitos no agronegócio e nas cadeias coureiro-calçadista e moveleira fizeram-se sentir de forma imediata e contundente em toda a economia do Estado.

Uma outra fonte de dificuldades para que o Rio Grande do Sul atinja um almejado patamar de desenvolvimento sustentável reside nas finanças públicas do Estado que, de longa data, experimentam uma situação crítica. A ocorrência de crônicos déficits fiscais, além de afetar a qualidade de vida da população, pela compressão dos gastos na prestação de serviços sociais, implica no risco de comprometer a competitividade da economia gaúcha pela sistemática diminuição dos investimentos em infra-estrutura.

Mesmo dentro dos limites nos quais estas questões são aqui abordadas, é possível perceber que, tanto a urgência requerida para enfrentar os problemas da crise fiscal, quanto a necessidade de encontrar soluções para os segmentos mais atingidos pela descontinuidade, ainda que conjuntural, do crescimento, terminam mobilizando grande parte da energia dos agentes públicos e privados e obscurecem o encaminhamento de um projeto de futuro. Cria-se assim uma lógica perversa, na qual não se planeja o longo prazo pela urgência dos problemas conjunturais, e as soluções conjunturais mostram-se limitadas, porque os problemas são conseqüências de disfunções estruturais. É neste contexto que deve ser entendida a dificuldade para que se concretizem projetos que tenham um horizonte temporal maior, como é, reconhecidamente, o caso do desenvolvimento regional.

Para fazer frente a esta situação, o Governo do Estado construiu uma agenda estratégica que busca dar conta, de forma articulada, de dois



objetivos básicos. O primeiro correlaciona-se com a imperiosa necessidade do saneamento das finanças estaduais, entendido esse, não como um fim em si mesmo, mas como condição essencial para a melhoria dos serviços públicos e a recuperação da capacidade de investimento do Estado. O segundo é o de, ao mesmo tempo, construir e perseguir, em parceria com os diversos agentes sociais, uma visão de futuro para o Rio Grande do Sul.

Partindo desses pressupostos, e tendo como referência algumas iniciativas que envolveram ampla participação da sociedade, como o Plano de Governo Rio Grande Afirmativo, o Rumos 2015, o Pacto pelo Rio Grande e a Agenda 2020, foram construídas as Diretrizes Estratégicas do Estado, que refletem as trinta e duas prioridades do Governo. Dessas, dez referem-se ao Eixo de Desenvolvimento Econômico Sustentável, dezesseis ao Eixo de Desenvolvimento Social e seis, ao de Finanças e Gestão Pública.

Essas diretrizes, por sua vez, orientam o Plano Plurianual para o período 2008-2011 que apresenta, como uma de suas características, relativamente ao Plano atualmente vigente, a redução no número de programas que o integram buscando, ao mesmo tempo, um foco mais preciso na solução dos problemas e uma maior aderência à realidade fiscal do Estado. Ao mesmo tempo, o PPA 2008-2011 inova também ao introduzir, desde a sua concepção, a preocupação com a questão regional. Neste sentido, mostrou-se de fundamental importância a participação dos COREDEs em todo o processo de elaboração do Plano, uma vez que estes, indiscutivelmente, representam um grande capital social no que concerne à questão do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. Essa participação teve início com a avaliação feita pelos COREDEs dos programas do PPA 2004-2007, cujos resultados foram debatidos em um workshop realizado em conjunto com a Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG. As contribuições daí resultantes foram encaminhadas às Secretarias envolvidas nas ações propostas, para avaliação e ajustes, face aos seus programas setoriais e às restrições financeiras. As ações passíveis de receber um tratamento territorial foram regionalizadas pelas nove Regiões Funcionais de Planejamento, as quais,

alinhadas com a base estratégica construída para o Estado, e validadas pelas regiões, passam a integrar os Cadernos de Regionalização, que, em última análise, constituem na visão espacial do PPA 2008-2011.

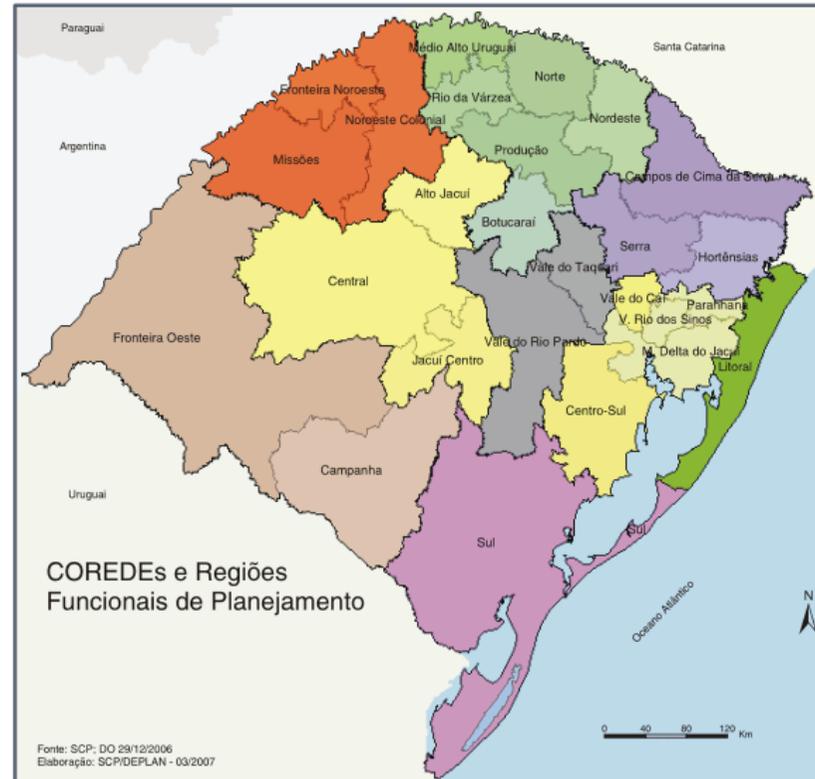
AS ESCALAS DE REGIONALIZAÇÃO

Para efeito da elaboração dos Cadernos de Regionalização do Plano Plurianual 2008-2011, a regionalização dos indicadores, ações e metas passíveis de serem regionalizados foi definida por duas escalas de abrangência: pelas 9 Regiões Funcionais de Planejamento, e pelos 26 Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs.

A organização destes níveis escalares tem como referência a divisão regional dos COREDEs, correspondendo as Regiões Funcionais de Planejamento, a agregações dos mesmos, definida com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e na adequação das variáveis correspondentes para identificação das polarizações, ou seja, do emprego, das viagens por tipo de transporte, da rede urbana, da saúde e da educação superior, que refletem espacialmente as dinâmicas das redes de transporte, de empreendedorismo, de polarização por universidades e de centros de pesquisa, entre outras.



Regiões Funcionais de Planejamento



Fonte: SEPLAG/DEPLAN



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**

PLANO PLURIANUAL 2008-2011 - Regionalização

**PLANO PLURIANUAL 2008-2011
INDICADORES E AÇÕES PARA A REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 8**

PROGRAMA: AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CARVÃO MINERAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implantação de aterro sanitário na Mina do Iruí	CRM	Implantar um aterro sanitário em antiga cava de mineração da Mina do Iruí, Município de Cachoeira do Sul, visando atender o recolhimento de resíduos sólidos urbanos gerados por uma população de 200.000 habitantes, por um período estimado em 30 anos. Além disto, o processo operacional do aterro sanitário propiciará a recuperação ambiental das áreas mineradas no passado.	Aterro sanitário implantado	Aterro	1

PROGRAMA: ARTICULAÇÃO E APOIO AOS SETORES PRODUTIVOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio a iniciativas municipais	SEDAI	Assessoramento aos municípios na escolha da área e na elaboração do plano diretor. Repasse de recursos para apoiar a implantação de infra-estrutura na área industrial, com contrapartida do município de 20% do custo total.	Município apoiado	Município	2
Apoio ao desenvolvimento de projetos setoriais e/ou estratégicos	SEDAI	Desenvolvimento de projetos de apoio aos setores produtivos, como o têxtil/confecções, e estratégicos, como a cadeia produtiva de base florestal, energias renováveis e alta tecnologia, entre outros.	Setor produtivo apoiado	Setor produtivo	1
Apoio ao desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)	SEDAI	Articulação de empresas e instituições públicas e privadas, incentivando a cooperação entre os agentes e o aprendizado com vistas à inovação, de forma a consolidar e dinamizar os APLs de Conservas, Coureiro-Calçadista, Gemas e Jóias, Máquinas e Implementos Agrícolas/Pré-Colheita, Colheita e Pós-Colheita, Metal Mecânico/Automotivo, Moveleiro, Vitivinícola, bem como os arranjos produtivos de Base Florestal e Bioenergia, entre outros.	Demanda priorizada pelos agentes locais nos APLs apoiados atendida	Demanda atendida	2
Implantação e desenvolvimento de espaços industriais	SEDAI	Implantação, administração, manutenção e comercialização dos Distritos Industriais de propriedade do Estado.	Novo projeto nos Distritos Industriais de propriedade do Estado aprovado	Projeto aprovado	12

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional
Número de famílias beneficiadas pela assistência técnica e extensão rural	Família	Alto Jacuí	3.732
		Central	12.383
		Jacuí Centro	6.107

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Assistência técnica e extensão rural	SEAPA	Processo de intervenção socioeducativa baseado em metodologias de comunicação e ações compartilhadas mediante as quais busca-se a construção dos conhecimentos, com o objetivo de alcançar-se um desenvolvimento rural sustentável pautado pela equidade.	Família de agricultor familiar beneficiada	Família	22.222
			Família de assentado atendida	Família	596
			Família de indígena atendida	Família	2
			Família de pescador atendida	Família	3
			Família de quilombola atendida	Família	293

PROGRAMA: CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Conservação e manutenção de rodovias estaduais	DAER	A conservação e manutenção das rodovias estaduais pavimentadas ou não pavimentadas pertencentes à malha estadual e de suas faixas de domínio é feita periódica e sistematicamente, envolvendo serviços de forma direta (realizados pelo DAER) e indireta (através de contratos com empresas, convênios firmados com outros órgãos de governo e interfaces com outras Secretarias de Estado), compreendendo: conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada (manual ou mecânica), terraplenagem, sinalização horizontal e vertical, drenagem, obras-de-arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, bem como manutenção e melhoramentos de trevos e travessias urbanas.	Extensão de rodovia conservada	km	3.148
			Rodovia conservada mediante convênio	km	15
Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico	DAER	Planejamento, estudos, desenvolvimento tecnológico visando dar suporte à conservação, à manutenção e à restauração da malha rodoviária pavimentada e não pavimentada.	Extensão de rodovia avaliada tecnologicamente	km	1.062

PROGRAMA: CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação de capacidade de rodovias	DAER	Executar obras destinadas a ampliar a capacidade dos eixos rodoviários através de duplicação das rodovias arteriais existentes e implantação das 3ª e 4ª faixas, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando as suas condições de mobilidade. Compreende a execução de todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras-de-arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares e fiscalização ou supervisão de obras.	Extensão de rodovia ampliada	km	9
Construção de acessos municipais com integração à malha rodoviária	DAER	A construção de acessos municipais consiste em aumentar a extensão da rede rodoviária existente, beneficiando mais comunidades e, conseqüentemente, mais usuários. Envolve todos os serviços referentes à construção: terraplenagem, pavimentação, obras complementares, desapropriações de terras, custos referentes ao meio ambiente e serviços de fiscalização de empreiteiras. Esta ação deve se estender beneficiando todos os municípios do Estado sem acessos asfálticos municipais.	Extensão de acesso construído	km	136
Construção de rodovias	DAER	A construção de rodovias, seja de forma direta ou através de contratação de empresas, consiste na execução de todos os serviços destinados a expandir a extensão do sistema rodoviário estadual, incluindo a "Rota do Litoral", visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, beneficiando o maior número de comunidades. Compreende a construção e a restauração de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, obras-de-arte correntes e especiais, sinalização, serviços complementares e fiscalização.	Extensão de rodovia construída	km	102
Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico	DAER	Planejamento, estudos e desenvolvimento tecnológico (por administração direta, conveniada ou contratada) visando dar suporte à construção da malha rodoviária pavimentada e não pavimentada.	Extensão de rodovia avaliada tecnologicamente	km	926

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Titulação	Título		135		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Viabilização econômica e social dos assentamentos e reassentamentos	SEAPA	Promover o acesso de agricultores assentados e reassentados aos meios de produção, permitindo-lhes progresso social e econômico.	Agricultor assentado e reassentado capacitado Projeto agropecuário implantado nos assentamentos e reassentamentos	Agricultor Projeto	400 20

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Econômico Sustentável

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Comunidade indígena e quilombola atendida	Comunidade		23		
Poço tubular perfurado, com água, no meio rural	Poço/ano		25		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Fomento à agricultura familiar	SEAPA	Desenvolver atividades que permitam progressos econômicos e sociais da Agricultura Familiar, tais como: diversificação das explorações, desenvolvimento de pesquisas, incorporação de tecnologias, visando principalmente o aumento da produtividade e redução de custos e estímulo à agroindustrialização, objetivando uma maior agregação de valor aos produtos.	Mecanização associativa rural	Associações de máquinas no RS	2
			Poço tubular comunitário perfurado	Poço	84
RS-Rural	SEAPA	Projetos integrados de desenvolvimento sustentável que propiciam geração de renda, manejo dos recursos naturais e infra-estrutura social básica, para comunidades indígenas e quilombolas e agricultores familiares, bem como a capacitação de técnicos e beneficiários.	Beneficiário e técnico capacitado ou treinado	Pessoa	790
			Família beneficiada por projetos de manejo e conservação dos recursos naturais, geração de renda e infra-estrutura social	Família	790
			Projeto executado para agricultores familiares	Projeto	24
			Projeto executado para indígenas e quilombolas	Projeto	8
Seguro agrícola	SEAPA	Proteger os agricultores contra os riscos de perdas e frustrações em suas atividades agropecuárias, em casos de ocorrência de fenômenos naturais adversos.	Agricultor segurado	Agricultor	1.186
Troca-troca de sementes	SEAPA	Distribuição de sementes e insumos para suprir a dificuldade que têm os pequenos produtores rurais de acesso a sementes de boa qualidade.	Quantidade de sementes distribuídas	Tonelada	848

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO GAÚCHO

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Agroindústria de produtos de origem animal sob inspeção estadual	Estabelecimento	Jacuí Centro	163		
		Central	106		
		Alto Jacuí	60		
Produtividade da lavoura de arroz do Rio Grande do Sul	Tonelada/ha		7,2		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Arroz RS	IRGA	Desenvolvimento de cultivares de arroz com alto potencial produtivo, difusão de tecnologias de manejo da cultura, acompanhamento de mercado, realização de estudos socioeconômicos, apoio à comercialização, treinamento, capacitação de técnicos, assistência técnica e extensão rural.	Assistência técnica prestada à lavoura de arroz	Atendimento	480
			Experimento científico realizado	Unidade	215
			Merendeira escolar capacitada para o uso do arroz e seus derivados	Pessoa	120
			Palestra e encontro técnico realizado	Evento	230
			Produtor e trabalhador rural capacitado e treinado	Pessoa	1.200
			Produtor participante em Dias de Campo e Roteiros Técnicos	Pessoa	2.700
			Semente básica de arroz produzida	Saco 40kg	33.115
			Semente certificada de arroz produzida e comercializada	Saco 40kg	170.000
			Técnico capacitado e treinado	Pessoa	80

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Defesa Agropecuária	SEAPA	Manter e promover a saúde animal e vegetal, de forma a garantir a sanidade e genuinidade e a inocuidade dos produtos agropecuários, visando manter a competitividade e o livre acesso aos mercados nacional e internacional, com ganhos adicionais de preço e renda.	Indústria e unidade de beneficiamento fiscalizada	Estabelecimento	300
Fomento ao Agronegócio	SEAPA	Desenvolver o agronegócio gaúcho em todos os seus segmentos, visando sempre a produção sustentável e agregadora de desenvolvimento e renda. Fomentar as principais cadeias produtivas através da identificação de suas demandas, oferecendo soluções, tais como: promoção e articulação das atividades de produção, promoção do consumo de produtos de origem animal e vegetal, apoio à pesquisa e adoção de novas tecnologias, visando gerar competitividade e renda, montagem de banco de dados, estímulo à formação de agroindústrias, cooperativas de produtores, e formalização de unidades já existentes, estruturação de arranjos produtivos e capacitação tecnológica para os produtores rurais.	Arranjo produtivo apoiado	Arranjo	2
			Palestra de estímulo ao consumo de lácteos na rede estadual de escolas	Palestra	19
			Viveiro para mudas de árvores construído	Viveiro	13
Fomento às culturas ligadas à bioenergia	SEAPA	Promover e articular ações que resultem no aumento da oferta de matéria-prima destinada à produção de bioenergia, através do apoio ao desenvolvimento da pesquisa e adoção de novas tecnologias, montagem de banco de dados, capacitação tecnológica de produtores e a viabilização de parcerias público-privadas visando a estruturação de arranjos produtivos.	Arranjo produtivo apoiado	Arranjo	2
			Pesquisa apoiada	Pesquisa	2

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Empresa, empreendimento e equipamento cadastrados	Unidade	Alto Jacuí	216		
		Central	216		
		Jacuí Centro	216		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
FISCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO TURÍSTICO	SETUR	Executar o Programa de Qualificação dos Serviços de Turismo, do Ministério do Turismo, no tocante a cadastrar, classificar, controlar, arrecadar receitas e fiscalizar as empresas prestadoras de serviço, empreendimentos e equipamentos do setor.	Empresa, empreendimento e equipamento fiscalizado	Unidade	260
PARTICIPAÇÃO E APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS	SETUR	Participar e apoiar a realização de eventos turísticos de nível regional, nacional e internacional.	Evento apoiado e realizado	Unidade	6

PROGRAMA: FOMENTO EMPRESARIAL

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Número médio de implementações efetuadas por empresa atendida via Extensão Empresarial	Unidade		3		
Percentual de empresas participantes do curso de gestão empresarial que iniciaram processos de controle	Percentual		25		
Percentual de empresas que apresentaram aumento no faturamento após entrada na rede	Percentual		60		
Percentual de empresas que apresentaram aumento no recolhimento de impostos	Percentual		50,5		
Percentual de empresas que apresentaram aumento nos investimentos	Percentual		53,9		
Percentual de empresas que tiveram aumento no número de funcionários após o ingresso na rede	Percentual		36,3		
Percentual de empresas que tiveram redução de custos após o ingresso na rede	Percentual		42,2		
Percentual de empresas satisfeitas com o atendimento das Gerências de Extensão Empresarial	Percentual		90		
Taxa de sobrevivência das empresas organizadas em rede	Percentual		90		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Capacitação empresarial	SEDAI	Trabalho de capacitação em gestão empresarial direcionado para grupos de pequenos empreendedores, realizado por equipes habilitadas em metodologia específica com enfoque na vivência empresarial e no desenvolvimento de características empreendedoras para o tratamento dos diversos temas que envolvem o gerenciamento dos negócios.	Curso executado	Unidade	12
			Pessoa capacitada	Pessoa	204

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Extensão empresarial	SEDAI	Disponibilização de profissionais com elevado conteúdo técnico e preparo metodológico para identificação de problemas técnico-gerenciais e encaminhamento de soluções capazes de promover a manutenção dos empreendimentos no mercado, mediante introdução de melhorias de gestão.	Empresa atendida	Unidade	75
Redes de Cooperação	SEDAI	Fomentar a cooperação entre empresas com características semelhantes, a partir de estratégias coletivas capazes de oferecer melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados.	Empresa em rede	Empresa	714
			Nova rede constituída	Rede	17
			Rede assistida	Rede	26

PROGRAMA: GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional
Fração da população beneficiada com a gestão ambiental integrada (população dos municípios qualificados / população do Estado)	Percentual	Central	90
		Alto Jacuí	90
		Jacuí Centro	90

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Consolidação e implementação do Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Guaíba (Pró-Guaíba)	SEMA	Atualizar o diagnóstico ambiental; atualizar e priorizar os princípios norteadores; elaborar e executar projetos que consolidarão as propostas do Módulo II do Pró-Guaíba; sistematizar os indicadores, possibilitando projeções de cenários atuais e futuros; promover e articular a participação dos agentes públicos e da sociedade; conceber uma estratégia de planejamento contínua e integrada para a gestão sustentável da Região Hidrográfica do Guaíba.	Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Guaíba (Pró-Guaíba) elaborado	Plano	1
Elaboração de projetos e atividades de suporte ao Programa de Educação Ambiental Compartilhado da SEMA (PEAC) E SIGA	FEPAM	Desenvolver ações de capacitação em escolas e comunidades organizadas em apoio à implantação do Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC), desenvolvido pela SEMA. Desenvolver ações de capacitação de quadros técnicos dos municípios, integrados ao Sistema Municipal de Meio Ambiente (programa SIGA/SEMA).	Atividade de formação e capacitação realizada em escolas, comunidades e municípios (programas PEAC e SIGA)	Atividade	6
Elaboração do Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Rio Uruguai, compatível com o Programa Pró-Rio Uruguai	SEMA	Realizar diagnóstico do conjunto dos impactos socioambientais gerados por atividades antrópicas e aglomerações urbanas. Indicar medidas de ação institucional, de prevenção e mitigação dos danos ambientais. Estabelecer bases técnicas, instrumentos e ferramentas para o planejamento e a gestão ambiental compartilhada na área de abrangência da Região Hidrográfica do Rio Uruguai, balizados pelas diretrizes do SISEPRA e do SERH, dispondo, assim, de um instrumento de gestão ambiental contemplando ordenamento de problemas, conceitos e mecanismos para o seu manejo e um conjunto de ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos. Dar início à implementação das ações previstas no Plano Diretor.	Plano Diretor de Gestão Ambiental Integrada da Região Hidrográfica do Rio Uruguai elaborado	Plano	1
Fortalecimento da ação municipal para o exercício do licenciamento e fiscalização ambiental	FEPAM	Desenvolvimento de ações de descentralização do licenciamento ambiental, conforme Resolução 08/2006- FEPAM, que estabelece as normas para a delegação de competência em licenciamento e fiscalização ambiental entre a FEPAM e municípios do Rio Grande do Sul, mediante assinatura de convênios. Além da delegação de competências, esta ação inclui também a qualificação municipal para o exercício do licenciamento ambiental em nível local, via análise e assessoramento técnico de documentação para homologação no CONSEMA, conforme Resolução CONSEMA 04/2000.	Equipe municipal qualificada	Equipe	19
			Município habilitado	Município	19
Implementação do processo de planejamento na gestão de recursos hídricos, através da elaboração de Planos de Bacia Hidrográfica	SEMA	Desenvolver os processos de planejamento e realizar, em conjunto com os Comitês de Bacia, os Planos de Bacia Hidrográfica. A sustentabilidade do uso das disponibilidades hídricas no Rio Grande do Sul, ou seja, um pouco para todos para sempre, passa por um processo de planejamento de futuro, que considere todas as variáveis (ambientais, culturais, sociais, econômicas e financeiras) e que envolva todos os atores (usuários, sociedade e governo).	Plano de Bacia Hidrográfica elaborado	Plano	2

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Implementação do Programa de Educação Ambiental Compartilhado, através da capacitação de agentes preventivistas e execução de projetos socioambientais	SEMA	Promover, coordenar e implementar o Programa de Educação Ambiental Compartilhado (PEAC), estimulando a manutenção e ampliação de parcerias público-privadas necessárias à sua execução. Planejar e realizar ações integradas, tendo como ferramenta a Educação Ambiental, compartilhando esforços, recursos e resultados na busca de uma cultura preventivista, através da capacitação de Agentes Preventivistas, da elaboração e implementação de projetos socioambientais com a participação de gestores, educadores e comunidades envolvidas, mediante a integração das instituições públicas responsáveis pela execução das Políticas de Educação (SE) e de Gestão Ambiental (SEMA), dos demais órgãos públicos com interface ambiental e das instituições privadas que desenvolvem a Gestão Ambiental, tendo como gestor financeiro a Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres do RS (ACPM Federação).	Atividade de formação e capacitação realizada	Atividade	4
			Projeto elaborado	Projeto	54
			Projeto implementado	Projeto	27
Promoção do Sistema Integrado de Gestão Ambiental, através da qualificação e aplicação dos instrumentos da Política de Meio Ambiente	SEMA	Promover e coordenar o implemento da gestão ambiental compartilhada Estado/Município, com o comprometimento dos municípios na aplicação de todos os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente e do Código Estadual de Meio Ambiente; inserir a dimensão ambiental nos diversos setores e políticas vigentes, contribuindo com as mudanças comportamentais que levem a desenvolvimento social justo e ecologicamente sustentado.	Atividade de capacitação realizada	Atividade	5
			Gestor ambiental capacitado	Gestor	210
			Município qualificado	Município	35
Proposição de diretrizes ambientais para a construção dos Planos Diretores de Gestão Ambiental Integrada das Regiões Hidrográficas	FEPAM	Elaborar diretrizes ambientais, com base no uso de ferramentas de gestão ambiental, de apoio à construção dos Planos Diretores de Gestão Ambiental Integrada das Regiões Hidrográficas - das Bacias Litorâneas, do Guaíba e do Rio Uruguai.	Proposta realizada para a elaboração dos Planos Diretores	Proposta	2

PROGRAMA: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO APLICADOS À INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
APOIO AOS PÓLOS TECNOLÓGICOS: PARQUES E UNIDADES REGIONAIS	SCT	Apoiar e coordenar a integração entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo em nível regional, por meio dos Pólos de Inovação Tecnológica nas regiões dos COREDES e, no âmbito do Estado, pela implementação do Pólo Tecnológico Estadual de Integração de Parques, estimulando a criação e a atração de novas empresas nacionais e internacionais de base tecnológica, no sentido de complementar a cadeia produtiva regional de acordo com o Plano Estratégico de Inovação Tecnológica. Entende-se por Pólo, no âmbito desta Ação, um sistema integrado e denso de geração de conhecimento e transferência para o setor produtivo focado em necessidades regionais.	Estudo desenvolvido	Número	4,8
			Processo desenvolvido	Processo	3,2
			Produto inovador desenvolvido	Unidade	3,2
			Produtor qualificado	Número	160
DIFUSÃO, TRANSFERÊNCIA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A AGROPECUÁRIA	FEPAGRO	Criar condições para adoção das tecnologias e conhecimento gerados pela pesquisa agropecuária com base em três eixos centrais: (1) implementação de ações de difusão adequadas para a socialização de conhecimentos para agropecuária; (2) implementação de ações de difusão de tecnologias adequadas para a adoção de novas tecnologias e processos produtivos para agropecuária; (3) capacitação de técnicos e produtores.	Curso técnico realizado	Curso	4
			Dia de campo realizado	Dia de campo	2
MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DOS LABORATÓRIOS E CENTROS DE PESQUISA DA FEPAGRO	FEPAGRO	Capacitação dos diversos laboratórios e centros de pesquisa da FEPAGRO, para o atendimento das demandas de produtos e serviços da agropecuária gaúcha.	Receita proveniente de resíduos de pesquisa	R\$	1.082.000
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARQUE INDUSTRIAL GAÚCHO	CIENTEC	Manter contínuo e permanente esforço no sentido de reduzir o "gap tecnológico" existente em alguns segmentos industriais; melhorar a qualidade de produtos e processos industriais, através da pesquisa e desenvolvimento, induzindo ao aumento da competitividade do parque industrial gaúcho; reduzir o desperdício de energia e matérias-primas, prevenindo a desnecessária poluição ambiental.	Tecnologia transferida	Número	1

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Econômico Sustentável

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO PARA A AGROPECUÁRIA GAÚCHA	FEPAGRO	Criação e execução de uma base de projetos de pesquisa e desenvolvimento (109 projetos) com o objetivo de atender as demandas de tecnologia da produção do setor agropecuário e do agronegócio gaúcho nas áreas de recursos naturais e qualidade ambiental, recursos genéticos e produção de grãos, sistemas de produção de frutas e hortaliças, florestas, sanidade animal, produção animal e zootecnia.	Tecnologia gerada	Unidade	4
TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA (TIB) - Calibrações e Medidas	CIENTEC	Prestação de serviços de análises, testes, calibrações, inspeções e ensaios laboratoriais para empresas, avaliando a qualidade e o desempenho de insumos, produtos, processos e resíduos industriais, contribuindo para o progresso do parque industrial gaúcho.	Ensaio realizado	Número	10.400
			Laudo emitido	Número	2.700

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Capacitação de agricultores em manejo de água e proteção dos solos	SI	Induzir a população rural a utilizar métodos atualizados de manejo da água e proteção dos solos, com a finalidade de aumentar a produtividade e reduzir os riscos da atividade rural. Os agricultores serão treinados por um corpo técnico de 450 extensionistas. Estes, por sua parte, serão treinados por 40 profissionais oriundos da EMATER.	Produtor rural treinado e motivado para utilização de técnicas de uso racional da água na propriedade	Produtor	6.000
Infra-Estrutura para Acumulação de Água de Grande Porte	SI	Elaboração de estudos, projetos, licitação e supervisão de obras para regularização de vazão, controle de cheias, lazer, piscicultura, abastecimento urbano, preservação ambiental e irrigação com capacidade de acumulação igual ou maior do que 10 milhões de m³ (10hm³).	Acréscimo de área com disponibilidade de água para utilização em sistemas de irrigação	Ha	20.000
Reservação de água multifamiliar	SI	Realização, em conjunto com a EMATER, de estudos, planos, acompanhamento de projetos, detalhamentos, modelagem, licitação, supervisão e outras ações voltadas ao aproveitamento da água para irrigação, usos múltiplos e regularização da vazão de cursos d'água que visem o atendimento multifamiliar, bem como sua gestão, administração, operação e manutenção dos sistemas. A execução da obra será realizada, de acordo com o porte, pela SEI, pelo DCM ou pela Secretaria de Obras.	Açude com capacidade de 1 milhão de m³ até 10 milhões de m³	Açude	25
Reservação de água unifamiliar	SI	Apoiar os produtores rurais capacitados e motivados para a implantação de projetos de irrigação e uso racional do solo e água através da construção de micro-açudes com benefício unifamiliar; Este trabalho será centralmente executado com apoio técnico e de equipamento da Secretaria Extraordinária de Irrigação e Usos Múltiplos da Água (SEI) e do Departamento de Comandos Mecanizados (DCM) da Secretaria de Agricultura, em parceria com equipes técnicas das prefeituras.	Açude com capacidade de armazenar até 10.000 m³ de água	Açude	6.000

PROGRAMA: PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Controle da Contaminação Decorrente da Pecuária Intensiva com vistas à Recuperação de Ativos Ambientais	SEMA	Promoção de ações de recuperação de ativos ambientais, em especial de recursos hídricos, degradados pela atividade da pecuária intensiva (suinocultura, avicultura, bovinocultura de leite ou confinamento de gado de corte, piscicultura), através da adequação de unidades produtivas, tornando-as unidades demonstrativas, da capacitação de técnicos e gestores e da disseminação de práticas sustentáveis de uso dos recursos ambientais.	Atividade de capacitação de produtores rurais realizada	Atividade	4
			Atividade de capacitação de técnicos e gestores realizada	Atividade	1
			Unidade Demonstrativa criada	Unidade	4
Implantação de Áreas de Reserva Legal em Imóveis Rurais	SEMA	Promover a implantação de Áreas de Reserva Legal em imóveis rurais (propriedades particulares) mediante a utilização dos mecanismos de proteção instituídos pelo Código Florestal Federal, implicando na regularização destes imóveis. A ação contribuirá, ainda, para o uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade e para o abrigo e proteção da fauna e flora nativas.	Área de Reserva Legal averbada	ha	3.000

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Econômico Sustentável

Reflorestamento com Espécies da Flora Nativa Ameaçadas de Extinção	SEMA	Promover o reflorestamento com espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, contribuindo para a conservação da biodiversidade e para a retirada da lista de espécies da flora ameaçadas de extinção e buscando ampliar a área de ocorrência natural destas espécies.	Muda de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção plantada	Muda	30.000
Restauração de Mata Ciliar e Recuperação de Áreas Degradadas	SEMA	Estimular, apoiar e orientar ações de restauração de mata ciliar e de recuperação de áreas degradadas, através de sistemas de revegetação, enriquecimento e/ou densificação, observados os critérios técnicos e a legislação ambiental. Consolidar o Projeto de Restauração de Mata Ciliar e Recuperação de Áreas Degradadas, reconduzindo áreas ou ambientes degradados à sua condição natural, através da adoção de estratégias que visam minimizar ou reverter o potencial degradatório advindo de usos inadequados.	Muda de espécies da flora nativa plantada	Muda	60.000
			Projeto de recuperação de áreas degradadas aprovado	Projeto	60

PROGRAMA: QUALIDADE E CONTROLE AMBIENTAIS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação de Sedes Regionais para Atividades de Qualidade e Controle	FEPAM	Promover a desconcentração institucional via regionalização das ações de qualidade e controle para todo o Estado, através da qualificação e instrumentalização das sedes regionais existentes e ampliação da rede.	Regional em operação	Regional	1
Realização de Monitoramento Ambiental com a divulgação de relatórios e boletins	FEPAM	Elaborar e divulgar dados de monitoramento da qualidade dos recursos ambientais (recursos hídricos, atmosféricos e de usos do solo), a serem consolidados e divulgados periodicamente, via relatórios e boletins.	Relatório e boletim de monitoramento ambiental divulgado	Documento	50

PROGRAMA: SEGURANÇA ALIMENTAR NA PRODUÇÃO, NO ARMAZENAMENTO E NO ABASTECIMENTO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Armazenamento da Produção Agropecuária Gaúcha	CESA	Promover a política de armazenagem e segurança alimentar do Rio Grande do Sul, prestando serviços estratégicos na guarda, preservação e beneficiamento de grãos e outros produtos perecíveis e deterioráveis, regulando o fluxo de safras e proporcionando suporte indispensável à comercialização agrícola.	Granel armazenado	Tonelada	1.425.573

PROGRAMA: TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO	CEEE	Construir linhas de transmissão e subestações de energia elétrica visando aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT.	POTÊNCIA INSTALADA DO SISTEMA	MVA	592

PROGRAMA: ASSISTÊNCIA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO SISTEMA DE SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Assistência Complementar	SES	Implantar Redes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência: Auditiva, Física, Mental, Autismo e Déficit Sensoriomotor. As Redes são constituídas por unidades especializadas descentralizadas e hierarquizadas, com equipes multiprofissionais, atendimentos especializados em reabilitação, com prescrição, adaptação e concessão de órtese, próteses e materiais especiais (OPM). Contempla também o serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) interestadual, disponibilizando deslocamentos aéreos ou rodoviários para fins de tratamento fora do Estado, quando não existe na rede SUS/RS	Unidade de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência implantada	Unidade	21
Construção do Hospital Regional e Unidade de Reabilitação	SES	Construção do Bloco C do complexo hospitalar do Hospital Regional de Santa Maria e aquisição de equipamentos para fins de atendimento de alta complexidade e doenças do aparelho locomotor. As especialidades previstas para o hospital são: clínica médica, clínica cirúrgica, clínica obstétrica, clínica pediátrica, neonatologia, psiquiatria e doenças do aparelho locomotor, garantindo à população do Rio Grande do Sul a instalação de uma Unidade de Reabilitação nos moldes do Hospital da Rede Sarah.	Bloco C do Hospital construído	Percentual	100

PROGRAMA: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional
Coefficiente de gestação na adolescência (dos 11 aos 19 anos)	1/1000		21
Coefficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano)	1/1000 nascidos vivos		8,92
Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas	Consulta/habitante/ano		1,8
Média mensal de visitas domiciliares por família	Visita/família/mês		0,31
População coberta com primeira consulta odontológica programática	Percentual		20,5
Proporção da população coberta pelo Programa de Saúde da Família	Percentual		60
Proporção de altas por abandono de tratamento da tuberculose no total de casos notificados na coorte	Percentual		1,8
Proporção de mulheres captadas no 1º trimestre de gestação na área coberta pelo PSF	Percentual		94
Proporção de nascidos vivos com muito baixo peso ao nascer	Percentual		0,91
Razão entre exames preventivos do câncer do colo do útero em mulheres de 25 a 59 anos e a população feminina nesta faixa etária	Exame/mulher de 25 a 59 anos		0,31
Taxa de internação por alcoolismo na população de 10 anos ou mais	1/10000 habitantes		4
Taxa de internação por AVC na população de 60 anos ou mais	1/10000 habitantes		79,95
Taxa de internação por infecção respiratória aguda em menores de 5 anos de idade	1/1000		29,1
Taxa de internações por AVC na população de 30 a 59 anos	1/10000 habitantes		9,6

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	UERGS	Desenvolver as atividades fins: ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Atualizar e modernizar recursos técnicos e de apoio ao ensino e pesquisa, capacitando a UERGS com recursos de referências bibliográficas, tais como base de dados internacionais e a atualização do parque computacional, para sua integração a sistemas nacionais e internacionais de Ensino à Distância (EAD), como a Universidade Aberta do Brasil e UNESCO. Manter as atividades de custeio e administrativas.	Atividade do Núcleo de Ensino à Distância-NEaD da Pró-Reitoria de Ensino, voltada às regiões de atuação da UERGS no Rio Grande do Sul	Atividade	8
			Projeto de extensão desenvolvido pela UERGS nos municípios do Rio Grande do Sul, através da Pró-Reitoria de Extensão	Projeto	18

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	UERGS	Desenvolver as atividades fins: ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Atualizar e modernizar recursos técnicos e de apoio ao ensino e pesquisa, capacitando a UERGS com recursos de referências bibliográficas, tais como base de dados internacionais e a atualização do parque computacional, para sua integração a sistemas nacionais e internacionais de Ensino à Distância (EAD), como a Universidade Aberta do Brasil e UNESCO. Manter as atividades de custeio e administrativas.	Projeto de pesquisa elaborado e aprovados pela Comissão de Avaliação de Projetos da UERGS	Projeto	4
--	-------	--	---	---------	---

PROGRAMA: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Número de alunos matriculados nos cursos técnicos da Rede Pública Estadual	Aluno		2.064		
Número de escolas de Educação Profissional do Estado com avaliação externa	Escola		22		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ampliação e conservação dos espaços físicos da Educação Profissional	SE	Implementar a execução de obras imprescindíveis, visando a ampliação da oferta de vagas e a melhoria física das escolas de Educação Profissional da Rede Pública Estadual.	Área construída	m²	245
			Área reformada	m²	490
Aquisição, atualização e conservação de equipamentos para cursos técnicos	SE	Implementar a aquisição e melhoria dos equipamentos fundamentais, inclusive do acervo bibliográfico, para os cursos técnicos de nível médio da Rede Pública Estadual, aprimorando tecnologicamente os recursos pedagógicos existentes.	Escola beneficiada	Escola	7
Formação de professores, gestores e trabalhadores	SE	Sistematizar ações de cooperação com instituições de nível superior, preferencialmente a UERGS, visando a formação pedagógica de professores (habilitação) bem como a capacitação técnica e pedagógica de professores e gestores em atuação. Oportunizar a trabalhadores cursos de formação inicial e continuada, visando a requalificação profissional.	Professor habilitado	Professor	20
			Professor/gestor capacitado	Professor	87
			Trabalhador qualificado	Trabalhador	368
Gestão da Educação Profissional	SE	Gerenciar a administração do Programa Educação Profissional; realizar pesquisa de inserção profissional; repassar recursos financeiros necessários às escolas com cursos técnicos de nível médio, garantindo a autonomia financeira e pedagógica das escolas, e para projetos pedagógicos e de geração de renda própria; custear as despesas mensais de manutenção com os serviços de energia elétrica, água e esgoto das escolas estaduais de Educação Profissional; difundir e aprimorar ferramentas, métodos e instrumentos de gestão na busca da melhoria da qualidade e no uso racional dos recursos, através de um processo continuado de planejamento e avaliação por resultados	Escola beneficiada com o Programa Geração de Renda (PGR)	Escola	6
			Escola beneficiada com o repasse de recursos financeiros	Escola	13
			Escola com programa de gestão	Escola	6
Implantação de Centros de Referência	SE	Implantar Centros de Referência nas áreas de saúde, indústria, química, informática, meio ambiente, gestão, telecomunicações, turismo e hospitalidade e agropecuária, atuando como pólos irradiadores do conhecimento tecnológico e da formação pedagógica, como estratégia do desenvolvimento sustentável.	Centro implantado	Unidade	1
Integração das redes com compõem a Educação Profissional e expansão da oferta de vagas (Federal, Estadual, Particular e Comunitária)	SE	Implantar processo de avaliação institucional, avaliação externa e de acompanhamento de egressos; estimular o desenvolvimento de pesquisas e projetos como instrumentos pedagógicos; promover mostras regionais de trabalhos das escolas com Educação Profissional na Rede Pública Estadual; promover feira estadual das diferentes redes da Educação Profissional no Rio Grande do Sul; promover a implantação de novos cursos e a atualização didático-pedagógica e expansão no número de vagas dos cursos de Educação Profissional hoje existentes, de acordo com as vocações e aspirações regionais.	Curso existente atualizado técnica e pedagogicamente	Curso	4
			Instituição pesquisada	Instituição	22

PROGRAMA: GARANTIA DE ACESSO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Social

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Atendimento educacional a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais	SE	Atender alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares Atender alunos com necessidades educativas especiais em classes especiais. Manter parcerias com instituições privadas não lucrativas especializadas neste atendimento.	Aluno atendido em classes especiais	Aluno	610
			Aluno atendido em classes regulares	Aluno	983
			Vaga mantida pelo Estado em instituições privadas	Vaga	101
Autonomia financeira e pedagógica das escolas estaduais	SE	Transferir às escolas estaduais as verbas da Autonomia Financeira das Escolas. Revisar os critérios de distribuição das verbas da Autonomia Financeira das Escolas para promover equidade na Rede Estadual de Ensino. Implementar mecanismo legal de transferência de recursos para as escolas que atendam alunos com vulnerabilidade socioeconômica, de forma a transformar em política pública o Programa Escola Aberta para a Cidadania.	Escola beneficiada pela Autonomia Financeira e Pedagógica	Escola	243
Equipamentos e material didático-pedagógico para as escolas estaduais	SE	Implantar laboratórios de informática educativa nas escolas estaduais que ainda não dispõem deste equipamento e assegurar o acesso à internet. Adquirir materiais e equipamentos para bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, sala de multimeios, etc, em escolas da Rede Estadual. Manter a distribuição, em parceria com o MEC, de livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio. Produzir e divulgar materiais didático-pedagógicos.	Laboratório de informática implantado	Laboratório	110
			Material pedagógico distribuído às escolas	Unidade	10.920
			Nova biblioteca instalada	Biblioteca	2
			Novo laboratório de ciências e complementação de laboratórios já instalados	Laboratório	22
			Sala de multimeios beneficiada	Sala	55
Garantia de merenda nas escolas estaduais	SE	Transferir recursos financeiros relativos à merenda escolar aos municípios e às escolas estaduais de Educação Infantil e Ensino Fundamental.	Aluno atendido com merenda escolar	Aluno	62.478
Gestão administrativa do Sistema Estadual de Educação	SE	Qualificar os quadros da Secretaria da Educação e Coordenadorias Regionais de Educação para implementar a política educacional do governo. Qualificar os gestores de escolas da Rede Estadual. Manter cadastro de alunos para os programas do transporte escolar, merenda, repasse financeiro às escolas, bolsa-família, etc.. Manter rede informatizada nas escolas, SE e CREs. Manter sistemas informatizados, sistemas de transmissão de dados e os bancos de dados da SE. Manter o Órgão Central e as Coordenadorias Regionais.	Candidato a diretor capacitado	Candidato	426
			Escola em rede informatizada com as Coordenadorias e a Secretaria da Educação	Escola	243
			Profissional da Secretaria da Educação e das Coordenadorias Regionais de Educação qualificado	Profissional	36
Gestão da aprendizagem com foco na qualidade do ensino, em parceria com os municípios	SE	Implementar sistemas de metas e indicadores de resultado e esforço, monitorando taxas de repetência, evasão e distorção série-idade nas escolas estaduais. Criar sistema estadual de avaliação externa do rendimento escolar no Ensino Fundamental e Médio, aberto à adesão das redes municipais e particular. Estabelecer padrões de habilidades e competências cognitivas a serem desenvolvidas em cada ano do Ensino Fundamental e Médio, começando pelos padrões para alfabetização de crianças de 6 anos.	Aluno da Rede Estadual avaliado nos ensinos Fundamental e Médio	Aluno	42.064

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Social

Gestão dos recursos humanos das escolas estaduais	SE	<p>Redefinir os critérios para a distribuição dos prof. e servidores entre escolas por meio do Programa de Gerenciamento de Recursos Humanos da SE.</p> <p>Realizar estudos para aperfeiçoar o concurso para servidores de escolas. Aperfeiçoar a carreira do magistério estadual para articular valorização profissional e elevação da qualidade da educação de acordo com a legislação e as normas federais vigentes. Incluir conteúdos específicos da futura área de atuação do candidato nas provas dos concursos para o magistério estadual. Estabelecer parceria com a UERGS e outras Inst. de Ens. Superior para a implementação de programas destinados a suprir a falta de prof. de matemática, física e química na Rede Estadual. Oferecer formação continuada aos prof., vinculada ao trabalho em sala de aula e efetivo aumento dos níveis de aprendizagem dos alunos. Disponibilizar recursos financeiros para o PRADEM.</p>	Professor e/ou servidor contratado por municípios através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Estadual no Município/PRADEM para escolas estaduais de difícil provimento	Professor e/ou servidor	36
			Professores de língua portuguesa, matemática, física, química, biologia, história, geografia e alfabetizadores capacitados	Professor	5.980
Manutenção das condições de segurança das escolas estaduais	SE	<p>Manter segurança em escolas estaduais por meio de guarda escolar ou patrulhas e da revisão do programa PM Residente, visando sua posterior ampliação. Aperfeiçoar o Programa Escola Aberta para a Cidadania, como forma de prevenção da violência. Desenvolver o Programa de Prevenção à Violência em 100 escolas da Rede Estadual, localizadas em comunidades em situação de maior vulnerabilidade social.</p>	Escola atendida com obras e reformas	Escola	218
			Escola guarneçada	Escola	183
			Escola inserida no Programa Escola Aberta para a Cidadania	Escola	22
			Escola mantida	Escola	243
			Pessoal capacitado pelo Programa de Prevenção à Violência	Pessoa	4
Oferta de Educação de Jovens e Adultos	SE	<p>Reorganizar a modalidade de oferta de Educação de Jovens e Adultos presencial. Oferecer exames supletivos, avaliando a possibilidade de realizar o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), com o objetivo de reduzir as taxas de absenteísmo e reprovação. Manter a alfabetização de jovens e adultos por meio do Programa Alfabetiza Rio Grande.</p>	Aluno participante do Programa Alfabetiza Rio Grande	Aluno	540
Oferta de vagas no Ensino Fundamental	SE	<p>Consolidar o Ensino Fundamental de 9 anos. Expandir as centrais de vagas, em parceria com os municípios. Realizar cessação de escolas estaduais multisseriadas e/ou com número reduzido de alunos e municipalizar escolas em colaboração com prefeituras, revendo a atual repartição das matrículas do Ensino Fundamental entre escolas municipais e estaduais, de forma que o Estado tenha condições de criar um maior número de turmas de Ensino Médio. Manter o transporte escolar e construir uma programa estadual de transporte escolar.</p> <p>Manter o Programa Escola em Tempo Integral. Ampliar a oferta de ações socioeducativas no turno inverso ao da escola regular, através de parcerias com organizações não-governamentais. Realizar os Jogos Escolares.</p>	Aluno atendido em ações socioeducativas no turno inverso ao da escola regular	Aluno	102
			Aluno atendido pelo Programa Escola em Tempo Integral	Aluno	743
			Aluno participante dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS)	Aluno	27.200
			Aluno transportado Central de Vagas	Aluno	8.054
Oferta de vagas no Ensino Médio	SE	<p>Expandir vagas no Ensino Médio diurno das escolas estaduais de municípios de médio e grande porte, mantendo as do noturno, através de: mais vagas nas escolas existentes e/ou novas escolas e/ou compra de vagas em escolas particulares. Manter o transporte escolar.</p>	Aluno transportado	Aluno	3.943

PROGRAMA: IMPLEMENTAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Análises anuais realizadas para a Vigilância em Saúde	Análise laboratorial/ano		61.623		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implementação da Vigilância Ambiental em Saúde	SES	Promover a constituição de equipes municipais de Vigilância Ambiental em Saúde com vistas à vigilância dos agravos, riscos e fatores determinantes e condicionantes da saúde da população relacionados ao ambiente.	Município com Vigilância Ambiental em Saúde implementada	Município	49
Implementação da Vigilância Epidemiológica	SES	Desenvolver atividades descentralizadas de vigilância epidemiológica em todos os municípios para conhecer, detectar ou prevenir fatores de risco, agravos e doenças, bem como para desencadear as medidas de controle pertinentes, visando a promoção da saúde da população. Desenvolver atividades descentralizadas com o objetivo de atingir cobertura de 95% ou mais para a vacina tríplice viral, em 70% dos municípios do Rio Grande do Sul. Implantação do Sistema de Verificação de Óbitos(SVO).	Município com cobertura de 95% ou mais para vacina tríplice viral	Município	34
			Município com vigilância epidemiológica certificado	Município	49
Implementação da Vigilância Sanitária no Estado	SES	Coordenar a descentralização de ações de Vigilância Sanitária conforme a pactuação e a capacidade instalada municipal.	Vigilância Sanitária descentralizada	Município	49
Reestruturação dos laboratórios macrorregionais e supervisão da rede de laboratórios de interesse em Saúde Pública	FEPPS	Reestruturar a rede de Laboratórios de Saúde Pública em relação à estrutura física, à metodologia, aos equipamentos e à ampliação da cobertura laboratorial.	Laboratório estruturado	Unidade	1

PROGRAMA: INCLUSÃO SOCIAL PELA AÇÃO CULTURAL

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
AÇÕES CULTURAIS VOLTADAS À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	SEDAC	Desenvolvimento de programas e ações culturais nos diversos municípios do Rio Grande do Sul, com ênfase especial às ações de prevenção à violência nos municípios de comprovada elevação de índice de criminalidade.	Ação cultural desenvolvida	Ação	40
CULTURA PARA TODOS - DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL	SEDAC	Desenvolvimento de atividades, programas e ações culturais nos diversos municípios do Rio Grande do Sul nas áreas de artes cênicas, artes visuais, música, artesanato e folclore, acervo e patrimônio, literatura, cinema e vídeo; estímulo à educação cultural e à formação de público nas diferentes camadas sociais.	Projeto e atividade cultural realizada	Unidade	29

PROGRAMA: PESQUISA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Ensino de Pós-Graduação	SES	Realização do Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS), composto pelos Programas de Residência Médica (especialidades de Psiquiatria, Dermatologia e Medicina de Família e Comunidade) e Multiprofissional (ênfases em Saúde Mental Coletiva, Atenção Básica em Saúde, Dermatologia Sanitária, Pneumologia Sanitária). Realização dos Cursos de Especialização em Saúde Pública, em Saúde da Família, Enfermagem na Atenção Básica, Saúde Mental Coletiva, Vigilância em Saúde, Saúde Bucal, Gestão de Sistemas e Serviços da Saúde, Direito Sanitário. Qualificação dos recursos humanos da SES através de Mestrado e Doutorado.	Aluno formado	Aluno	45
Ensino Profissional	SES	Realização anual do Curso Técnico de Enfermagem. Finalização dos projetos para implementação dos cursos de Técnico Agente Comunitário, Técnico em Higiene Dental, Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Registro e Informação de Saúde. Sistematização de demandas para atividades e programas de ensino profissional não oferecidos no Estado.	Aluno formado	Aluno	57

PROGRAMA: PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS, BUSCAS E SALVAMENTOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
------	-------	-----------	---------	-------------------	---------------

Prevenção e combate a incêndios, buscas e salvamentos pelo Corpo de Bombeiros	SSP	O Corpo de Bombeiros da Brigada Militar é responsável pelas ações de prevenção e combate a sinistros em todo o Estado, realizando também atividades de busca e salvamento e de defesa civil. Visa-se com esta ação a manter as atividades que já são realizadas pelo Corpo de Bombeiros, e implementá-las através da realização de investimentos específicos que possibilitem a constante melhoria dos serviços prestados à comunidade.	Atendimento prestado	Atendimento	98.471
---	-----	---	----------------------	-------------	--------

PROGRAMA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional
Taxa de corrupção (ativa/passiva, peculato e concussão)	1/10000 habitantes		0,18
Taxa de delitos envolvendo armas de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar - arts. 12 a 18 da Lei nº 10.826/2003	1/10000 habitantes		1,5
Taxa de entorpecentes (posse)	1/10000 habitantes		1,38
Taxa de entorpecentes (tráfico)	1/10000 habitantes		0,62
Taxa de estelionato	1/10000 habitantes		2,77
Taxa de extorsão	1/10000 habitantes		0,44
Taxa de furto	1/10000 habitantes		43,69
Taxa de homicídios	1/10000 habitantes		0,17
Taxa de latrocínios	1/10000 habitantes		0,02
Taxa de roubos (exceto roubo de veículos e latrocínio)	1/10000 habitantes		5,57
Taxa de roubos de veículos (exceto roubo de veículos com morte)	1/10000 veículos		0,46

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apuração das infrações penais e execução das demais funções de Polícia Judiciária	SSP	Realização das atividades atinentes às atribuições de polícia judiciária, estabelecidas na legislação vigente, com fulcro nos objetivos implementados por meio do Programa de Modernização e Melhoria da Gestão Pública (PMMGP), em especial: (a) na redefinição de processos de trabalho e estratégia de implantação das reformas sugeridas, (b) na execução da estratégia de reestruturação e modernização dos processos de trabalho e (c) na implantação e aperfeiçoamento de sistemas de gerenciamento e prestação dos serviços públicos, com base em indicadores, sempre visando à qualificação da utilização do sistema de Inteligência Policial.	Inquérito remetido	Inquérito	66.151
			Procedimento especial para adolescentes remetido	Procedimento	14.158
			Termo Circunstanciado remetido	Termo Circunstanciado	86.106
Policimento ostensivo e preservação da ordem pública	SSP	Policimento ostensivo, através da Brigada Militar, cumprimento das missões estabelecidas na legislação vigente. Suporte administrativo e operacional à Brigada Militar para o desempenho de suas atividades.	Estabelecimento inspecionado	Estabelecimento	76.387
			Pessoa abordada	Pessoa	10.153.615
			Veículo abordado	Veículo	8.617.546
Realização de perícias criminais e de serviços de identificação	SSP	Operacionalização das rotinas pertinentes às perícias criminais, médico-legais, laboratoriais e serviços de identificação civil e criminal, visando a coleta e a produção da prova técnica processual e a confiabilidade dos processos de identificação e emissão da cédula de identidade civil, bem como a implementação de projetos destinados à aplicação de novas tecnologias.	Carteira de Identidade emitida	Carteira de Identidade	30.006
			Laudos Periciais realizados	Laudos	3.783

PROGRAMA: PROGRAMA DE ATENÇÃO À JUVENTUDE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Coordenação e Apoio a Programas de Atendimento ao Egresso do Sistema Socioeducativo	FASE	Coordenar e apoiar tecnicamente o desenvolvimento de programas de apoio ao egresso do Sistema Socioeducativo através de ações de integração de redes de atendimento, visando sua inserção na comunidade de origem, de acordo com a legislação em vigor.	Egresso atendido	Pessoa	154
ESTÍMULO À CRIAÇÃO DE GRUPOS DE CONVIVÊNCIA	SJDS	Estimular o desenvolvimento de grupos de convivência tendo como suporte o esporte, a cultura e o lazer, constituindo novas perspectivas de relacionamento e de valorização da auto-imagem.	Jovem atendido	Pessoa	75

Execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade	FASE	Executar o atendimento especializado das medidas de internação e semiliberdade, atendendo 1.100 e 25 adolescentes, respectivamente (situação em 13.04.07), de acordo com o ECA, Sistema Nacional /SINASE e diretrizes de descentralização. A medida de semiliberdade será realizada mediante parceria, a partir dos municípios onde existem recursos da Fundação para esse fim (60 vagas atuais), estendendo-se, posteriormente, aos demais municípios onde já existem unidades de internação (140 novas vagas), e outras localidades, conforme demanda.	Adolescente atendido	Pessoa	76
Geração de Oportunidade de Trabalho e Renda para Jovens	FGTAS	Conjunto de projetos e atividades específicas que representem oportunidade de ingresso no mercado de trabalho para jovens, tais como: incentivo financeiro concedido às empresas, durante 6 meses, pela admissão de jovens de 16 a 24 anos, sem experiência profissional comprovada, no primeiro emprego, pelo regime CLT; realização de cursos de qualificação para o trabalho; estímulo a atividades autônomas; fomento ao empreendedorismo individual, associativo ou cooperativo; intermediação de emprego formal; incentivo à retomada de estudos em estabelecimento de ensino formal, na perspectiva de elevação de escolaridade. Esta ação tem por finalidade facilitar a inserção qualificada e a permanência do jovem no mundo do trabalho, viabilizando o acesso à renda, ampliando sua auto-confiança e autonomia.	Jovem inserido no mercado formal de trabalho pela intermediação realizada nos postos de atendimento	Pessoa	878
			Jovem qualificado	Pessoa	157

PROGRAMA: PROGRAMA DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À FAMÍLIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
ATIVIDADES NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO FAMILIAR	SJDS	Dar a conhecer o conteúdo e significado do planejamento familiar através de encontros, debates e discussões sobre o tema.	Pessoa informada sobre planejamento familiar	peessoa	70
COORDENAÇÃO DA POLITICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SJDS	Apoiar tecnicamente, capacitar, assessorar os municípios, os conselhos municipais, os executores municipais para implantar e implementar a política de assistência social de acordo com a Norma Operacional Básica/NOB/SUAS/2005.	Gestor, conselheiro e profissional capacitados para a implementação do Sistema Único de Assistência Social	Pessoa	242
			Município habilitado ao Sistema Único de Assistência Social	Município	8
DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO COMO FONTE DE RENDA	FGTAS	Cadastrar e identificar o artesão; habilitar para o exercício da profissão, através de qualificação técnica e empreendedora e da emissão de carteira profissional, possibilitando a venda dos produtos com emissão de Nota Fiscal e isenção de ICMS; organizar o trabalho artesanal no Estado, em grupos associativos ou cooperativos; apoiar a comercialização dos produtos através da organização de feiras, de âmbito municipal a internacional. visando a inserção do artesão no mercado de trabalho e conseqüente geração de renda.	Artesão formalizado inserido na atividade artesanal	Pessoa	763
FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO	FGTAS	Apoiar o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras de caráter individual ou coletivo, voltadas a trabalhadores em geral, facilitando o acesso ao crédito, disponibilizando assistência técnica e gerencial ao empreendedor, apoiando e fortalecendo a atividade autônoma, inserindo em programas de formação profissional voltados tanto para a atividade meio quanto para a atividade fim. Esta ação deverá propiciar: inserção dos participantes da ação em outros programas articulados; elevação de escolaridade; organização do trabalho de forma individual, associativa ou cooperativa; inserção produtiva, através de Frentes Emergenciais de Trabalho; fomento ao cooperativismo; geração do auto-emprego; geração de novos postos de trabalho para o mercado.	Empreendedor assistido	Pessoa	1.051
			Trabalhador participante de frentes emergenciais de trabalho	Pessoa	519
HABILITAÇÃO DE TRABALHADORES AO RECEBIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO	FGTAS	Atender o trabalhador desempregado, empregado doméstico inscrito no FGTS e o pescador artesanal, recebendo, conferindo e encaminhando, através de sistema próprio, a documentação necessária para habilitá-lo ao recebimento do benefício financeiro previsto em lei. O atendimento é prestado em Agências da FGTAS, disponibilizadas ao trabalhador, de acordo com o convênio firmado entre a FGTAS e o Ministério do Trabalho e Emprego.	Trabalhador beneficiado	Pessoa	65.872

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Social

INTERMEDIÇÃO DE EMPREGO FORMAL NO MERCADO DE TRABALHO	FGTAS	Colocar trabalhadores no mercado de trabalho formal, a partir da intermediação empregador/empregado, da captação de vagas junto a empresas, da pré-seleção e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga ofertada. O atendimento é disponibilizado a trabalhadores de diversos segmentos sociais respeitando as políticas públicas voltadas a essa população, em Agências nas 26 regiões dos COREDEs, sob supervisão técnica. Através desta ação também serão executados: a Pesquisa de Emprego e Desemprego em Porto Alegre e Região Metropolitana, com publicação periódica do "Informe PED"; e a emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social. O controle é realizado a partir de um sistema informatizado, o SIGAE, que viabiliza aos trabalhadores informações sobre as vagas disponíveis no mercado e, aos empregadores, informações sobre o perfil de trabalhadores cadastrados.	Carteira do Trabalho e Previdência Social emitida	Unidade	56.822
QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	FGTAS	Realizar cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores empregados, desempregados ou subempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade de todos os segmentos sociais e membros de Comissões Municipais de Emprego (CME) para o exercício de sua função. Os cursos são realizados através da contratação de entidades executoras de cursos. Essa ação atende demandas das CME para a aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de acordo com as Resoluções do CODEFAT, de Projetos Especiais para a contrapartida do Estado, definida em Cláusula do Convênio firmado entre a FGTAS e o Ministério do Trabalho e Emprego. No desenvolvimento das ações deverão ser priorizadas as regiões com maiores índices de desemprego e menores índices de desenvolvimento econômico e social do Estado.	Trabalhador empregado	Pessoa	14.313
			Pessoa qualificada	Pessoa	1.574
REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA	SJDS	Estimular a Rede de Proteção Social - Básica e Especial - constituída por um conjunto de programas, serviços e benefícios executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) implantados nos municípios de acordo com o seu porte e realidade local, com foco nas famílias referenciadas, com atenção voltada à criança, ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência, à pessoa adulta, para que superem situações de vulnerabilidade social, tendo a participação do Estado no co-financiamento através de repasse de recursos aos municípios. Estimular as ações integradas de enfrentamento à violência infanto-juvenil e as ações do Programa Estadual Primeira Infância Melhor (PIM), instituído pela Lei 12.544, de 03 de julho de 2006.	CRAS e CREAS implantados e implementados	Unidade	13
			Famílias beneficiadas pelo serviços de proteção social	Família	20.000

PROGRAMA: PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA	SJDS	Capacitar atores sociais para promover a prevenção da violência, através de seminários e grupos operativos, visando a valorização da pessoa, a fim de prevenir a solução violenta de conflitos. Esta ação participa do Programa Estadual de Prevenção da Violência e tem como ênfase a realização de atividades culturais e o fomento ao desenvolvimento socioeconômico do indivíduo.	Pessoa capacitada	Pessoa	380
APOIO A PROJETOS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	SJDS	Convênio com municípios para ações que garantam a execução de deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA) e implementação de programas locais.	Projeto beneficiado financeiramente pelo Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente (FECA)	Projeto	35
APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO À ORGANIZAÇÃO E AO FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES	SJDS	Desenvolver atividades de formação e produção de materiais destinados ao exercício das funções dos Conselhos Tutelares.	Conselheiro Tutelar capacitado	Pessoa	100
			Conselho Tutelar em funcionamento	Conselho	5

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Social

Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência e Altas Habilidades	FADERS	Promover, implantar e implementar serviços para Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) e Pessoa Portadora de Altas Habilidades (PPAH), visando à produção de conhecimento, ao desenvolvimento de novas metodologias, assessoramento e capacitação de pessoas, processos e estruturas nas questões relativas a esse segmento social, tendo como referência o atendimento prestado nas Unidades de Execução Especializada da FADERS.	Assessoramento técnico prestado	Unidade	25
			Passo Livre Intermunicipal distribuído	Pessoa	1.900
			Pessoa capacitada PPD acompanhado no mercado de trabalho	Pessoa Pessoa	250 20
COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	SJDS	Promover, de forma articulada com o Programa Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal, com os municípios e entidades da sociedade civil, a política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS) através de ações de apoio técnico, capacitação na área de segurança alimentar, seminários, conferências, campanhas de esclarecimento e sensibilização, diagnósticos, plenárias do Conselho Estadual de Segurança Alimentar (CONSEA), elaboração de textos, informações, material educativo para auxiliar e subsidiar a formulação de ações no contexto da segurança alimentar e na implantação de conselhos municipais de SANS.	Encontro técnico realizado	Encontro técnico	25
COORDENAÇÃO DAS AÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO	SJDS	Promover articulação intersecretarial, bem como estabelecer parcerias com a sociedade civil, visando atender ao disposto na Lei 11.517/00.	Idoso beneficiado	Pessoa	150
			Profissional qualificado	Pessoa	65
DIVULGAÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	SJDS	Divulgar informação ou orientar, através de conferências, edição de cartilhas, folders, campanhas educativas, palestras e seminários; sediar reuniões do Fórum Nacional de Programa Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON), com utilização do Fundo Estadual do Consumidor (FECON).	Campanha publicitária realizada	Campanha	1
ESTÍMULO E APOIO À CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOS MUNICÍPIOS	SJDS	Apoiar tecnicamente a criação de Fundos Municipais da Criança e Adolescente destinados à captação de recursos financeiros de pessoas físicas e jurídicas.	Município assessorado	Município	10
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	SJDS	Instalar Centros de Referência Alimentar e Nutricional (CRANS), disponibilizando equipamentos públicos para a elaboração e fornecimento de alimentos, prestação de serviços de utilidade pública e cursos profissionalizantes, em quatro macrorregiões do Estado, através de repasse de recursos financeiros aos municípios.	Centro de Referência implantado	Unidade	1
IMPLANTAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL	SJDS	O Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) é o resultado de parcerias entre o Governo do Estado/União, prefeituras, associações de municípios e organizações não-governamentais (ONGs), que buscam garantir o acesso das populações vulneráveis aos alimentos e o desenvolvimento local. Os projetos que compõem o Consórcio serão viabilizados através do repasse de recursos aos municípios e/ou ONGs.	Consórcio implantado	Unidade	1
IMPLANTAÇÃO DE COZINHAS, HORTAS COMUNITÁRIAS E BANCO DE ALIMENTOS	SJDS	Proporcionar, através de ação articulada com o Programa Fome Zero do Ministério do Desenvolvimento Social, com os municípios e entidades da sociedade civil, espaço para produção, elaboração e fornecimento de alimentos saudáveis a baixo custo, produzidos adequadamente conforme legislação sanitária vigente, como instrumento de garantia da segurança alimentar para populações vulneráveis, propiciando igualmente a oportunidade de trabalho e apropriação de renda e constituindo equipamentos públicos de apoio aos sistemas locais de abastecimento alimentar que arrecadam alimentos provenientes de doações e visam garantir à população em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar o acesso à alimentação digna. Distribuir cestas básicas, através de repasse de recursos financeiros aos municípios e entidades.	Cozinha comunitária pública implantada	Unidade	10
			Horta comunitária implantada	Unidade	10
Implementação da Política Pública para Pessoa Portadora de Deficiência e Pessoa Portadora de Altas Habilidades	FADERS	Desenvolver ações integradas e articuladas na diversas áreas de atendimento/atenção à PPD e à PPAH, em parceria com órgãos governamentais, municípios e ONGs, visando a implementação da política pública para esse segmento social, com a participação dos COREDES e da FAMURS.	Conselho municipal dos direitos das PPD assessorado	Conselho	18
			Fórum realizado para descentralização da política pública para PPD e PPAH	Fórum	4

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Social

Implementação da Política Pública para Pessoa Portadora de Deficiência e Pessoa Portadora de Altas Habilidades	FADERS	Desenvolver ações integradas e articuladas na diversas áreas de atendimento/atenção à PPD e à PPAH, em parceria com órgãos governamentais, municípios e ONGs, visando a implementação da política pública para esse segmento social, com a participação dos COREDES e da FAMURS.	Gestor municipal assessorado	Pessoa	50
			Município com políticas públicas implementadas	Município	10
			Seminário e curso realizados	Evento	40
			Jovem atendido	Pessoa	5
INSERÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE ADOLESCENTES E JOVENS ADULTOS EM FASE DE DESLIGAMENTO DA FPERGS	FPERGS	Acompanhar jovens em fase de desligamento da Fundação de Proteção Especial, após os 18 anos, no processo de retorno à família e comunidade, visando a plena autonomia de vida e efetivação da reintegração.			
MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR	SJDS	Promover o apoio técnico e financeiro aos municípios visando implantar e desenvolver ações de promoção aos direitos do consumidor.	Município com PROCON instalado	Município	18
PROMOÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS	SJDS	Articulação, com os demais órgãos, da garantia dos direitos dos povos indígenas, através do desenvolvimento de projetos que estimulem a etnossustentabilidade; legalização de nascimentos, casamentos, óbitos, etc. com a correspondente documentação legal.	Família indígena atingida	Família	3
PROMOÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES NEGRAS, AFRO-DESCENDENTES E QUILOMBOLAS	SJDS	Articular junto a outros órgãos a elaboração de projetos para a garantia dos direitos humanos das comunidades negras, afrodescendentes e quilombolas.	Comunidade negra, afro-descendente e quilombola beneficiada	Comunidade	4
PROMOÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR, FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO E ESTÍMULO À MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	SJDS	Prestar atendimento e orientação aos consumidores, efetuar registro de reclamações, fiscalizar estabelecimentos, apreender produtos, aplicar multas e mediar conflitos de consumo.	Estabelecimento fiscalizado	Estabelecimento	1.280
			Pessoa atendida	Pessoa	160.000
PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	SJDS	Desenvolver atividades para orientar, fornecer subsídios, apoiar a implementação de serviços e a constituição da rede de atendimento às vítimas de violência, bem como o atendimento da Lei nº 11.340 (Maria da Penha); Lei nº 12.296 (Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil) e outras que contemplem a complexidade da violência de modo geral.	Serviço implementado	Serviço	15

PROGRAMA: PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Implantação do Programa de Prevenção da Violência	SES	Formação do Comitê Estadual de Prevenção da Violência, com a finalidade de integrar esforços articulados de sete Secretarias de Estado (da Saúde, da Justiça e do Desenvolvimento Social, da Cultura, do Turismo, Esporte e Lazer, da Ciência e Tecnologia, da Segurança Pública e da Educação), bem como da sociedade civil organizada. Definição de critérios para a seleção dos municípios alvo. Realização de levantamento dos programas de prevenção da violência já existentes. Elaboração do diagnóstico da violência por causas externas nas áreas selecionadas, com vistas a uma entrada progressiva dos 50 municípios alvo que apresentam os mais altos índices de violência por causas externas.	Rede Social de Prevenção da Violência implantada	Rede	4
PROGRAMA SEGUNDO TEMPO	FUNDERGS	Contribuir com a redução dos índices de violência oportunizando a ocupação produtiva do tempo ocioso dos jovens, diminuindo a sua situação de risco e vulnerabilidade social.	Núcleo educacional implantado	Unidade	6
RECRIANDO O ESPORTE JOGUE LEGAL	FUNDERGS	Democratizar o acesso à prática desportiva e de lazer a crianças e adolescentes entre 7 e 16 anos, com ação integrada à educação, visando reduzir o tempo de exposição a situação de risco e vulnerabilidade social; contribuir para a redução dos índices de violência.	Núcleo de esporte implementado	Unidade	3

PROGRAMA: PROGRAMA GAÚCHO DE SANEAMENTO

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional		
Economia com abastecimento de água (total) nos municípios atendidos pela CORSAN	Economia		261.234		
Economia servida com esgotamento sanitário (total) nos municípios atendidos pela CORSAN	Economia		72.708		
Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Social

EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CORSAN	Investimentos em ampliação, implantação e melhorias operacionais nos sistemas de captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água. Esta ação depende, para sua integral execução, da contratação de financiamentos, junta a agências de crédito, na ordem de 28% do montante indicado.	Economia abastecida	Economia	261.234
EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	CORSAN	Investimentos em ampliação, implantação e melhorias operacionais nos sistemas de coleta, tratamento e disposição final de esgotos. Esta ação depende, para sua integral execução, da contratação de financiamentos, junta a agências de crédito, na ordem de 30% do montante indicado.	Economia servida	Economia	72.708
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	METROPLAN	Produção de conhecimento e implantação de soluções alternativas sustentáveis em conjunto com a população usuária, setores produtivos e prefeituras municipais para a gestão de resíduos sólidos do Estado.	Plano Diretor de Resíduos Sólidos Regionais elaborado	Unidade	1

PROGRAMA: PROGRAMA INTEGRADO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional
Necessidades Habitacionais no Rio Grande do Sul	Unidade habitacional	Jacuí Centro	8.100
		Central	24.750
		Alto Jacuí	6.300

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES E GALPÕES COMUNITÁRIOS EM RESERVAS INDÍGENAS	SEHADUR	Produção de casas e galpões comunitários para a população indígena, em parceria com órgãos do Governo do Estado, municipais e a sociedade civil.	Casa construída	Unidade	12
			Galpão comunitário construído	Unidade	1
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES, MELHORIAS HABITACIONAIS E LOTES URBANIZADOS	SEHADUR	Construção de habitações, melhorias habitacionais e lotes urbanizados através de parcerias do Estado com o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, municípios, cooperativas, associações da sociedade civil e iniciativa privada. Implementação dos programas de incentivo para a construção e/ou reforma de habitações dos pequenos produtores rurais.	Casa construída	Unidade	2.393
			Lote urbanizado produzido	Unidade	598
			Melhoria habitacional executada	Unidade	996
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO	SEHADUR	Promoção de ações de regularização fundiária e reassentamento em áreas prioritariamente do Estado e localizadas na Região Metropolitana, aglomerados urbanos e municípios com mais de 100.000 habitantes, executando levantamento topográfico, cadastro sócio-econômico, Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), projetos e obras de infra-estrutura, individualização e registro de lotes e aquisição e urbanização de áreas para reassentamentos. Dentro das ações será dada prioridade ao reassentamento das famílias, cujas moradias estão impedindo as obras de ampliação da pista do aeroporto de Porto Alegre (Vilas Dique e Nazaré).	Lote regularizado	Unidade	5.530

PROGRAMA: PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR

INDICADOR	Unidade de medida	COREDES	Meta Regional
Número de crianças beneficiadas entre 0 e 6 anos de idade	Criança		13.430
Número de famílias atendidas	Família		13.437
Número de municípios capacitados com o Programa implantado	Município		31

PROGRAMA: SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DE SANGUE

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Gerenciamento e Gestão da Hemorrede Pública	FEPPS	Proporcionar os meios para que se institucionalize no Estado uma rede intra-organizacional para garantir a disponibilidade dos serviços, a qualidade da atenção e a segurança do sangue em toda a Hemorrede, através da ampliação de áreas físicas em três serviços, aquisição de equipamentos, modernização gerencial e operacionalização dos serviços de hemoterapia e hematologia.	Unidade gerenciada	Unidade	2

PROGRAMA: TERCEIRO SETOR E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Caderno de Regionalização

Desenvolvimento Social

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Capacitação de recursos humanos para atuação no Terceiro Setor	SJDS	Qualificar pessoas da sociedade gaúcha para atuarem com qualidade e profissionalismo em organizações sociais, em especial nos aspectos da gestão.	Pessoa qualificada	Pessoa	110
Estímulo ao Crescimento, Qualificação e Profissionalização do Terceiro Setor no Rio Grande do Sul	SJDS	Multiplicar o número de projetos sociais realizados em todo o Estado, com parcerias privadas, através do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS) - Lei da Solidariedade -, e outros, com otimização da atuação em rede, capacitando gestores de ONGs, através de servidores da Secretaria e da contratação de prestadores de serviços; modernizar e informatizar o cadastro de entidades sociais atualizando, através de pesquisa, as informações disponíveis sobre o Terceiro Setor no Estado; incentivar a criação de leis municipais de Solidariedade; realizar o Ciclo de Debates do Terceiro Setor, em parceria com universidades.	Evento realizado	Evento	2
			Gestor capacitado	Pessoa	374
			Projeto social realizado	Projeto	187
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTADO	FGTAS	Promover o desenvolvimento social sustentado de comunidades, a partir do assessoramento a municípios, da articulação dos recursos sociais e econômicos, da elaboração de diagnósticos das necessidades e potencialidades locais, gerando um projeto específico com objetivos, metas e definição dos atores sociais importantes para sua execução. A ação deve fortalecer a economia, através da criação de novos produtos e novas oportunidades de negócio, melhorando as condições e a imagem da comunidade e preservando o meio ambiente. Deve também contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, pela inserção produtiva e social com mais dignidade e efetivo exercício da cidadania, possibilitando influenciar na proposição de novas políticas públicas.	Comunidade atendida	Comunidade	24

PROGRAMA: ARTICULAÇÃO E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Apoio ao Cooperativismo e ao Associativismo	SEAPA	Estimular e promover o cooperativismo e o associativismo, através da elaboração de um cadastro estadual, de consultorias, de projetos especiais e de capacitação de associados.	Adesão de cooperativa ao Sistema Nacional de Monitoramento do Mercado Lácteo (SIMLEITE)	Cooperativa	3

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Ação	Órgão	Descrição	Produto	Unidade de medida	Meta Regional
Modernização da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio	SEAPA	Prover meios para a reestruturação e modernização da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, através da aquisição de equipamentos, sistemas, capacitação de pessoal e otimização de estruturas.	Equipamento e sistema adquirido	Unidade	20
			Estrutura otimizada	Estrutura	5
			Pessoal capacitado e treinado	Pessoa	100